



PROFOR

INNOVATION AND ACTION
FOR FORESTS



WORLD BANK GROUP

AVALIAÇÃO DA GOVERNAÇÃO FLORESTAL EM MOÇAMBIQUE

IDENTIFICANDO OS PRINCIPAIS DESAFIOS E
INTERVENÇÕES PARA FORTALECER A GOVERNANÇA

Uma avaliação participativa da governação florestal em Moçambique, realizada em 2016, revelou um consenso entre os parceiros de que a governação é fraca, particularmente em torno da implementação e aplicação das leis e regulamentos. A fiscalização florestal está ausente e os crimes florestais ficam impunes, permitindo a ilegalidade generalizada. As políticas do sector florestal contradizem com as dos outros sectores e não existem medidas para combater a corrupção. A participação dos parceiros na planificação e na tomada de decisões no sector, é baixa, particularmente na inclusão da mulher. Foram identificadas intervenções prioritárias, inclusive para reformas políticas, fortalecimento institucional e incentivos para estimular o manejo florestal sustentável. O Banco Mundial está empenhado em fortalecer a governação florestal em Moçambique, á todos níveis, e está activamente envolvido com o Governo em politica de diálogo e oportunidades de financiamento através do seu portfólio Gestão Integrada de Paisagem e Floresta.

Introdução—Sector florestal de Moçambique

Moçambique é um dos poucos países da África Austral que ainda tem extensas áreas florestais, principalmente florestas de miombo, que ocupam uma metade do território, cerca de 32 milhões de hectares (ha). As florestas são fundamentais para a saúde social, económica e ambiental do país, fornecendo valiosas espécies de madeira para exportação, lenha, produtos florestais não madeireiros (PFNM), e outros serviços ambientais, como a regulação do clima, a biodiversidade e o habitat. Apesar dos benefícios a serem realizados, o desmatamento é alto, com mais de 295.000ha convertidos anualmente em outros usos da terra.

A governação das florestas de Moçambique é complexa. Governação florestal pode ser definida de várias maneiras, mas existe um consenso que os principais atributos que caracterizam a boa governação incluem a participação dos actores, transparência na tomada de decisões, responsabilização dos actores, estado de direito e previsibilidade. Boa governação está também associada a uma gestão eficiente e eficaz dos recursos naturais, humanos e financeiros e, a uma alocação justa e equitativa dos benefícios do sector florestal. Vai para além do sector florestal e inclui a tudo que afecta as florestas.

A fraca governação em Moçambique alimentou o desmatamento e a degradação florestal. As receitas fiscais perdidas pelo Estado foram estimadas em US\$540 milhões entre 2003 e 2013, devido a exportações de madeira não declarada (predominantemente em toros), principalmente para mercados asiáticos¹. Da mesma forma, uma recente avaliação aos operadores florestais realizada pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER²), revelou um baixo nível de conformidade com os principais padrões ambientais e sociais de gestão florestal—a nível nacional apenas 39% dos concessionários florestais demonstraram conformidade mínima³, enquanto que nas províncias de Zambézia e Cabo Delgado 35% e 29% demonstraram, respectivamente a conformidade. Existe pouca capacidade institucional e falta de transparência, participação limitada das partes interessadas na tomada de decisões levando a erosão da confiança e inadequada partilha de benefícios com as comunidades locais.

Em resposta, o MITADER avançou com medidas para fortalecer a governação e reduzir a ilegalidade no sector. O pacote de medidas inclui intervenções políticas, operacionais e de investimento. *A Floresta em Pé* foi desenvolvida como parte do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável, ressaltando a importância das florestas como meio de desenvolvimento rural e redefinindo as prioridades do Governo no sector. Foi iniciada uma revisão do Quadro legal, incluindo uma revisão da Política e Estratégia de Florestas, da Lei de Florestas (incluindo aspectos relacionados com as concessões florestais), e a preparação do Programa Nacional de Florestas. A fiscalização florestal passou a ser regida pela Agência de Controlo de Qualidade Ambiental (AQUA), cujos poderes foram reforçados. O MITADER, decretou uma moratória sobre novas concessões por um período de dois anos e uma proibição de exportação de toros de todas as espécies. Em 2015, o Governo levou a cabo uma avaliação as operações florestais, com o objetivo de revogar licenças ou concessões de operadores que não cumpriam com os padrões mínimos legais.

Em Março de 2017, a emblemática *Operação Tronco*—uma operação de aplicação da lei e recolha de informações—foi lançada em diversas províncias. Uma equipe de funcionários do Governo visitou portos, estaleiros e concessões para verificar a legalidade da madeira em estoque. Foram identificadas infrações e aplicaram-se multas, enviando um sinal claro sobre o compromisso do Governo em lidar com a exploração ilegal da madeira.

Paralelamente, o Governo está activo no processo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD +), incluindo REDD+ Readiness, e possui uma Unidade de Monitoria, Relatório e Verificação (MRV) bem equipada para produzir dados florestais importantes e monitorar as mudanças na cobertura vegetal. O MITADER está também a promover investimentos no sector e a projectar incentivos positivos para que os diferentes actores se envolvam no manejo sustentável de florestas. O Banco Mundial é um dos principais parceiros, apoiando o Governo através de vários projetos, em particular, a preparação para REDD +, o Projeto de Investimento Florestal de Moçambique (MozFIP) e o Mecanismo de Subsídios Dedicados de Moçambique para as Comunidades Locais (MozDGM), que financia intervenções que abordam os factores de desmatamento ao mesmo tempo que geram oportunidades para os parceiros florestais.

Avaliação da governação florestal em Moçambique

Este contexto, apresentou um momento oportuno para realizar uma avaliação a governação florestal em Moçambique, criando uma base de referência à medida que as mudanças na política e nas práticas se desenrolam. O *Quadro de Avaliação e Monitoria da Governação Florestal*, elaborado pela FAO e pelo Programa de Florestas (PROFOR) do Banco Mundial, foi aplicado em Moçambique em 2016 para diagnosticar o estado da governação florestal. O *Quadro* forneceu uma ferramenta para os parceiros identificarem os pontos fortes e fracos do sector florestal de forma sistemática. Os resultados da avaliação, permitiram que os participantes sugerissem acções estratégicas para o sector e deste modo, informar os investimentos existentes⁴.

Este relatório resume o contexto, o processo e os resultados da avaliação da metodologia descrita no *Quadro* nas províncias da Zambézia e Cabo Delgado. Além disso, o relatório fornece recomendações com base nos resultados e conclusões da avaliação que podem ser incorporadas nas decisões políticas e de investimento, incluindo o MozFIP apoiado pelo Banco Mundial.

O trabalho foi coordenado pelo MITADER, com a activa colaboração da WWF e apoio do Banco Mundial e a PROFOR.

Metodologia—Adaptar e aplicar localmente o quadro global

O *Quadro* baseia-se no entendimento de que a governação é o contexto e o produto das interações entre muitos actores com interesses compartilhados e divergentes. O *Quadro* consiste em pilares geralmente aceites e princípios de boa governação florestal. A governação é considerada boa, se houver participação dos interessados, transparência na tomada de decisões, responsabilidade dos actores, estado de direito e previsibilidade. A boa governação também está associada a uma gestão eficiente e eficaz dos recursos naturais, humanos e financeiros, e uma alocação justa e equitativa de recursos e benefícios do sector florestal. Isso envolve não apenas o sector florestal, mas também tudo o que afecta directa ou indirectamente as florestas.

Os três pilares do *Quadro* são: i) Quadro jurídico e institucional; ii) Planeamento e tomada de decisão; e iii) Implementação, Aplicação e Cumprimento.

Este relatório foi elaborado pela equipe de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Banco Mundial em Moçambique. A equipe principal foi composta por Andre Aquino (Especialista Sênior em Gestão de Recursos Naturais), Nalin Kishor (Economista Senior de Recursos Naturais), Muino Taquidir (Especialista Senior em Florestas) e Celine Lim (Especialista em Gestão de Recursos Naturais).

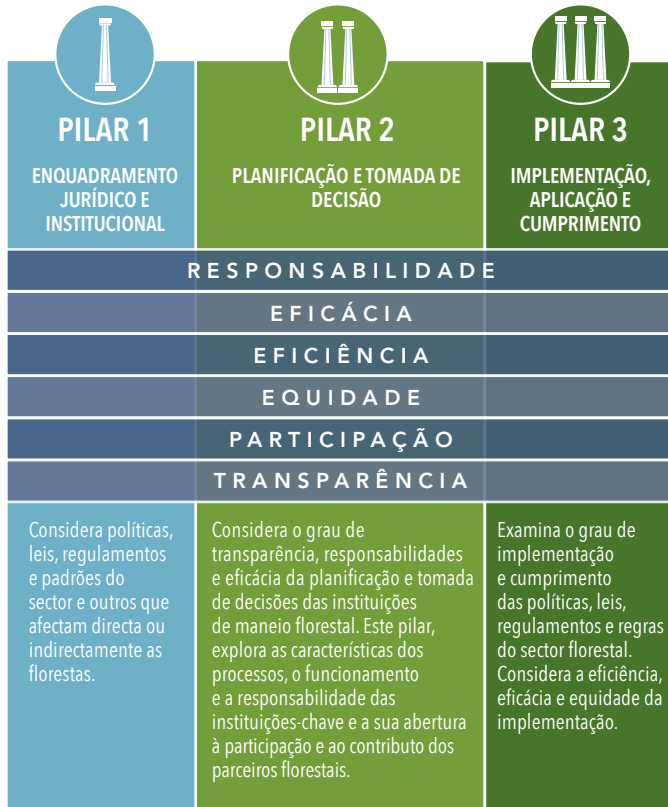
1 Avaliação das perdas de receitas devido a exploração e comércio ilegal de madeira em Moçambique no período 2003–2013, WWF (2015).

2 Esta avaliação foi realizada em 2016 com um forte envolvimento da universidade local e da sociedade civil.

3 A conformidade mínima é definida como pelo menos 50% de conformidade com os padrões.

4 O relatório está disponível no site REDD+ do Governo: http://www.redd.org.mz/uploads/SaibaMais/ConsultasPublicas/Avaliacao_Governacao_Florestal_Draft_0.pdf

FIGURA: PILARES E PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA



Sob cada um desses três pilares, há uma série de componentes, subcomponentes e indicadores, que foram adaptados ao contexto de Moçambique⁵. Foi convocada uma equipe técnica dos parceiros florestais para modificar os indicadores globais com vista a torna-los localmente relevantes e prioritários. Este exercício resultou num conjunto final de sessenta indicadores que foram aplicados nos workshops de avaliação. Os indicadores do *Quadro* são medidas qualitativas e baseadas na percepção de que foram pontuadas em moldes consensuais. A chave para a avaliação, foi o envolvimento de múltiplos parceiros para garantir que uma gama representativa de opiniões fosse considerada. A abordagem baseada em consenso, exigiu que os participantes negociassem e concordassem com uma pontuação final do grupo. Este método serviu para gerar diálogo, com discussões que forneceram informações valiosas sobre os problemas. O recurso aos consensos também reforçou a credibilidade, facilitando ao mesmo tempo, a aceitação e apoio dos resultados para o acompanhamento.

Dois *workshops* de avaliação foram realizados nas províncias da Zambézia e Cabo Delgado, duas regiões paisagísticas prioritárias para o Governo. Um seminário nacional final foi, então, realizado para validar os resultados dos *workshops* provinciais. Os participantes do workshop, incluíram funcionários do Governo, sector privado, representantes da comunidade, organizações da sociedade civil, imprensa e academia. Houve um total de 92 participantes (56 e 36 na Zambézia e Cabo Delgado, respectivamente).

As avaliações foram realizadas em grupos multidisciplinares. Cada grupo trabalhou com quinze indicadores, na forma de um questionário, e chegou a uma pontuação final para cada indicador. Utilizou-se uma escala qualitativa de 1 a 5, com uma pontuação máxima possível de 5. Os workshops também incluíram um exercício de priorização para identificar as questões que os parceiros entenderam como sendo as mais críticas para o país.

Resultados

A avaliação constatou que a governação florestal em Moçambique é considerada fraca. Há evidências para sugerir, no entanto, que o Governo está a fazer esforços para melhorar esta situação.

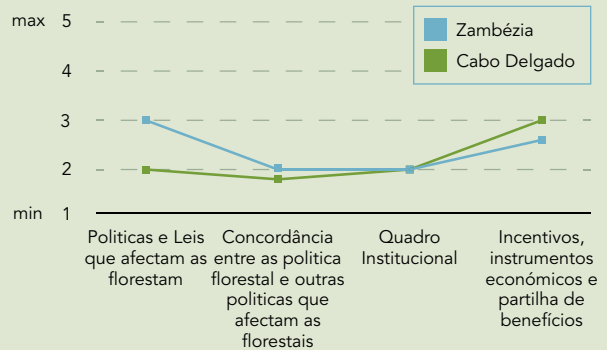
Esta secção apresenta os resultados de cada um dos três pilares do Framework:

I Pilar 1. Enquadramento jurídico e institucional

Trze indicadores foram avaliados no âmbito do Pilar 1, abrangendo quatro componentes: (i) políticas e leis relacionadas com florestas; (ii) Concordância de políticas de desenvolvimento mais amplas com políticas florestais; (iii) Quadro institucional; e (iv) incentivos financeiros, instrumentos económicos e partilha de benefícios.

Os resultados médios do Pilar 1 foram 2,4 e 2,2 nas províncias da Zambézia e Cabo Delgado, respectivamente. A maioria dos indicadores em ambas as províncias, marcou 1 e 2 (78% na Zambézia e 53% em Cabo Delgado), indicando a necessidade de melhorias em praticamente todas as componentes de governação.

PILAR 1: ENQUADRAMENTO JURÍDICO E INSTITUCIONAL



O quadro legal, especialmente a Lei e a Regulamentação Florestal, foram consideradas de conhecimento geral ao nível das capitais provinciais, mas menos divulgado, conhecido e implementado nos distritos e localidades. A aplicação da lei, foi dificultada devido ao conhecimento limitado da legislação e procedimentos, à falta de recursos necessários para o bom manejo florestal e à mobilidade limitada de pessoal com conhecimento técnico nas províncias e distritos.

As políticas e planos de desenvolvimento de outros sectores que afectam as florestas (por exemplo, agricultura, energia), foram considerados inconsistentes com a conservação. A implementação desses instrumentos deve ser melhor alinhada com o desenvolvimento sustentável da floresta. Embora tenham um impacto negativo nas florestas, a maioria desses sectores, não envolve ou exige regeneração, manejo e conservação de florestas.

Os mandatos das instituições que afectam directa ou indirectamente as florestas, foram considerados nas duas províncias, pouco claros e às vezes, contraditórios ou em conflito entre si, principalmente nos níveis provincial e distrital. O exemplo mais citado foi das agências envolvidas na aplicação da lei florestal, da Polícia de Recursos Naturais, do Serviço Florestal Provincial, das Alfândegas e do tribunal e das agências envolvidas no licenciamento, no Serviço Florestal Provincial, Administrações Distritais, Serviço Distrital das Actividades Económicas (SDAE), e Postos Administrativos.

O conhecimento limitado dos mandatos e procedimentos nessas instituições e da Lei Florestal, bem como, uma fraca cooperação e coordenação entre agências a nível provincial e distrital, exacerbam a situação.

⁵ A equipe técnica foi liderada pelo Dr. Adolfo Dinis Bila, Professor em a Universidade de Eduardo Mondlane, e consistiu em representantes de World Wildlife Fund Moçambique, a Direcção Nacional de Florestas (DINAF), Agência Nacional para o Controlo de Qualidade Ambiental (AQUA), universidades locais de UniLurio e UniZambeze, e o Banco Mundial.

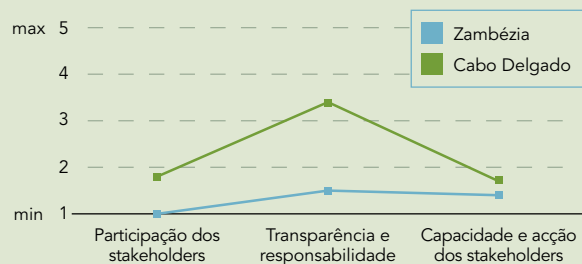


Pilar 2. Planificação e Tomada de Decisão

Os resultados do Pilar 2 revelaram que os processos de tomada de decisão no sector florestal precisam de ser significativamente melhorados. Dezassete indicadores de três componentes da governação florestal, foram considerados: (i) Participação dos parceiros; (ii) Transparência e responsabilidade; e (iii) Capacidade e acção dos parceiros.

Os resultados médios dos indicadores do Pilar 2 foram 1,3 e 2,3 nas Províncias da Zambézia e Cabo Delgado respectivamente. Como no Pilar 1, a maioria dos indicadores nas duas províncias obteve 1 e 2 (100% na Zambézia e 70% em Cabo Delgado), indicando a necessidade de abordar a participação dos parceiros no manejo florestal nas duas províncias e no país em geral.

PILAR 2: PLANIFICAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO



Sobre a participação dos parceiros, a opinião prevalente em ambas as províncias foi de que, o quadro legal relativo ao envolvimento dos parceiros na legislação não é claro. A legislação florestal não proíbe, mas não esclarece, o espaço e o papel dos parceiros na elaboração de políticas. A prática comum é que as propostas de legislação sejam preparadas e depois sejam distribuídas e consultadas com parceiros. No entanto, existem poucos mecanismos que servem para facilitar a participação das partes interessadas, especialmente da sociedade civil e das comunidades locais, e quando o fazem, não são efectivos ou sensíveis à participação de grupos vulneráveis e desfavorecidos. A participação das mulheres produziu a menor pontuação possível de 1 em ambas as províncias, apontando para a extrema necessidade de inclusão direccionada de mulheres nos processos.



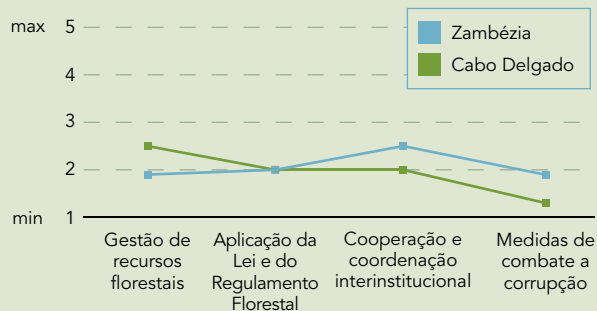
Pilar 3. Implementação, Aplicação e Cumprimento

O Pilar 3, foi considerado o mais problemático para a governação florestal em Moçambique. Embora os resultados tenham demonstrado um consenso geral de que as leis existentes são adequadas, a implementação dessas leis foi considerada um problema. Foram avaliados 30 indicadores que abrangem quatro componentes da governação florestal: (i) Administração de recursos florestais; (ii) aplicação da legislação florestal; (iii) Cooperação e coordenação interinstitucional; e (iv) Medidas para combater a corrupção.

A pontuação média dos indicadores foi de 2,0 e 1,9 nas Províncias da Zambézia e Cabo Delgado, respectivamente. Em ambas as províncias, a maioria dos indicadores também teve pontuações de 1 e 2 (72% na Zambézia e 67% em Cabo Delgado).

Em ambas as províncias, houve consenso sobre a necessidade de continuar a divulgar os instrumentos e directrizes legais a todos os níveis, incluindo a lei e a regulamentação, estratégias, padrões, boas práticas e outros procedimentos relevantes. O conhecimento sobre estas questões não é generalizado, especialmente nos distritos e Postos Administrativos. As frequentes mudanças na liderança (Administradores, Chefes de Postos Administrativos),

PILAR 3: IMPLEMENTAÇÃO, APLICAÇÃO E CUMPRIMENTO



foi identificada como um condutor primário. A má execução também foi atribuída à baixa capacidade de recursos humanos, incluindo, a falta de conhecimento e competência para conduzir o trabalho de qualidade no campo e o uso de tecnologias de informação para o manejo florestal (Sistemas de Informação Geográfica, ferramentas como GPS, etc.), especialmente nos níveis provincial e distrital.

Dentro do sector, importantes dados estatísticos são anualmente gerados, entretanto, não são utilizados para o manejo florestal. Isso inclui dados sobre licenciamento florestal e inspecção, produção, transporte, processamento, comércio e exportação de produtos florestais. O conhecimento do manejo florestal adaptativo é limitado e os participantes destacaram a necessidade de uma actualização do inventário florestal nacional que data de 2007. Uma actualização do inventário nacional está, contudo em andamento, com Zambézia e Cabo Delgado como províncias prioritárias, incluindo, o estabelecimento de parcerias permanentes protegidas para a monitoria regular e colecta de dados.

Uma das questões discutidas nos workshops foi a credibilidade e a publicação dos relatórios. Os relatórios são preparados regularmente, mas apenas disponibilizados de forma central e não amplamente publicados ou acessíveis. Além disso, os relatórios muitas vezes não relatam com precisão, actividades no sector, especialmente a nível provincial.

A componente sobre a aplicação das leis e outras leis relevantes no sector, teve uma pontuação de 2, mostrando que é muito desejado quanto à aplicação desses instrumentos regulatórios. A falta de uma estratégia participativa para a implementação de regulamentos, a integração dos parceiros nas actividades de prevenção e fiscalização, foi destacada. Os participantes afirmaram que há uma ênfase excessiva na repressão e uma ausência de prevenção e detecção de actividades ilegais em sua base, nos distritos e localidades. A capacidade de monitoria florestal é fraca e o pouco que é feito não é abrangente, limitando-se apenas ao controle do movimento de madeira e outros produtos florestais em estradas públicas, estaleiros navais e portos. A monitoria e o rastreamento ao longo da cadeia de produção estão ausentes.

As baixas pontuações para a componente de combate à corrupção (1.8 na Zambézia e 1.2 em Cabo Delgado), são consistentes com a percepção social geral da falta de credibilidade e honestidade dos actores no sector. Houve esforços para combater a corrupção, mas infelizmente não tiveram o impacto desejado. O sector ainda não possui padrões específicos de conducta, nem para funcionários estatais nem para operadores e empresas florestais. Os actuais mecanismos para relatar e investigar crimes, não são funcionais. Os crimes florestais, são tratados de forma leve e as agências responsáveis por investigar e punir a corrupção e outros crimes florestais, são ineficazes.

Questões prioritárias e Intervenções sugeridas

Este exercício piloto sobre a avaliação da governação florestal permitiu às partes interessadas definir os desafios e propor intervenções correspondentes. Além de marcar os indicadores, os participantes identificaram dez áreas prioritárias para melhorias. As intervenções sugeridas para estas áreas prioritárias estão resumidas a seguir:

1. Harmonização de planos e políticas de desenvolvimento com manejo florestal sustentável

- Incluir na revisão das novas prerrogativas da Lei Florestal que: i) promovam e incentivem outros sectores a participar activamente na gestão, conservação e uso sustentável dos recursos florestais; e ii) fornecer orientação sobre adaptação e mitigação das mudanças climáticas;
- Desenvolver e facilitar a implementação de planos distritais de uso da terra.

2. Mandatos e cooperação entre instituições do Estado

- Rever e definir claramente os mandatos, funções e responsabilidades das instituições estatais que operam no sector florestal (DINAF, AQUA, ANAC, Polícia de Recursos Naturais, Tribunais, Governos Provinciais, DPASA, DPTADER, SPF, Governos Distritais, SDAES, Estado e autoridades tradicionais locais⁶);
- Facilitar e apoiar o funcionamento (padrões de operação, deveres, responsabilidades, etc.) dos órgãos de coordenação intra e inter-institucional, a nível central, provincial e distrital.

3. Participação dos parceiros

- Facilitar e apoiar a criação de plataformas locais para actores florestais;

- Fortalecer a capacidade das comunidades e organizações comunitárias para participar e dialogar e processos relacionados ao sector.

4. Auditorias e avaliações externas

- Facilitar e apoiar auditorias internas e externas do sector florestal;
- Treinar as partes interessadas sobre como se envolver em auditorias internas e externas;
- Aumentar o acesso à informação e publicação de relatórios relevantes, documentos legais, manuais, directrizes e padrões relevantes para o sector.

5. Concessões florestais e licenças simples

- Rever o processo de alocação de licenças e concessões, com atenção para a capacidade de implementar planos de gestão adequadamente;
- Favorecer comunidades locais na concessão de licenças;
- Prestar apoio às operações e implementação de planos de gestão, acesso a mercados, execução;
- Promover a transparência da venda de madeira ilegal apreendida.

6. Fiscalização florestal

- Melhorar os esforços de fiscalização com a tecnologia apropriada, incluindo o uso de ferramentas TIC;
- Facilitar e apoiar o estabelecimento e as operações de um órgão de coordenação interinstitucional, em particular a nível provincial e distrital;
- Treinar agentes judiciais no reconhecimento, julgamento e acusação de crimes florestais;
- Incluir na revisão dos princípios da Lei Florestal, especificidades sobre os procedimentos, operações e incentivos para a coordenação e efectiva execução das atividades de execução;
- Desenvolver um sistema de queixas, investigação e punição de crimes florestais e corrupção.

⁶ As instituições são: Direção Nacional de Florestas (DINAF), Agência para o Controlo de Qualidade Ambiental (AQUA), Agência Nacional de Áreas de Conservação (ANAC), Polícia Ambiental, Tribunais, Governos Provinciais, Direção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar (DPASA), Direção Provincial de Terra, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (DPTADER), Serviço Florestal Provincial (SPF), Governos Distritais, Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAEs), Estado e autoridades tradicionais locais.



Foto: Andrea Borgarello for the World Bank

7. Recursos humanos, materiais e tecnologia

- Reformar o sistema de contratação de pessoal, especialmente para províncias e distritos;
- Treinar pessoal no uso de TIC's e ferramentas para modernizar o manejo florestal e no quadro legal, programas e procedimentos do sector, particularmente nas províncias e distritos;
- Melhorar o sistema de avaliação do desempenho, utilizando os resultados para incutir a prestação de contas e incentivar o desempenho.

8. Inventário florestal e dados de crescimento florestal

- Estabelecer uma rede nacional de parcelas permanentes e realizar monitorias periódicas;
- Facilitar treinamento para o governo provincial, empresas florestais, ONGs e todos os actores interessados no inventário florestal operacional;
- Equipar o Serviço Florestal Provincial com informações, programas, habilidades e equipamentos relevantes para o inventário florestal.

9. Corrupção

- Facilitar uma estratégia nacional de monitoria participativa da floresta e incentivar a participação das comunidades na aplicação da legislação florestal;
- Melhorar mecanismos para relatar e investigar crimes florestais, incluindo corrupção;
- Julgar e processar actos de corrupção e divulgar esses casos na imprensa;
- Treinar funcionários públicos e o sector privado em questões de corrupção, inclusive em leis relevantes.

10. Maneio Sustentável de Florestas (MSF)

- Introduzir aspectos relevantes da MSF na Lei Florestal, que devem ser incorporados durante as etapas de exploração madeireira, transporte, processamento e comércio de produtos florestais de madeira;
- Disseminar as práticas de MSF nos níveis provincial e distrital, e ainda, nas línguas locais;
- Facilitar e apoiar a capacitação do sector privado na concepção, implementação e monitoria dos planos de manejo florestal;
- Promover e apoiar empresas florestais sustentáveis com produtos de maior valor agregado;
- Promover plantações florestais comerciais ou bosques com espécies de uso múltiplo e rápido crescimento;
- Promover certificação florestal;
- Melhorar o mecanismo de colecta e partilha de benefícios para as comunidades locais.

Conclusões

As avaliações provinciais levaram a uma série de conclusões sobre o estado da governação florestal de Moçambique e ajudaram a chamar a atenção para as principais áreas de melhoria para a boa governação. Embora muitas das descobertas não sejam novas, as avaliações identificaram as áreas problemáticas do sector de forma sistemática e verificaram as percepções dos parceiros e suas prioridades nessas áreas específicas. Os participantes na avaliação, consideraram o exercício valioso, e a troca de perspectivas entre os grupos múltiplos de parceiros, provocou um debate saudável.

Estes resultados foram validados a nível nacional através de um seminário final em Maputo, reunindo os participantes dos workshops provinciais e outros actores. Artigos e relatórios sobre a avaliação e seus resultados foram distribuídos através dos canais locais. Houve uma aceitação positiva da metodologia com os parceiros a manifestar a necessidade de expandir a avaliação para as outras províncias.

O Governo adoptou esta avaliação e a repetirá numa base bienal nas províncias da Zambézia e Cabo Delgado, para monitorar o progresso da governação florestal. Este progresso, é antecipado, à luz das condições favoráveis em Moçambique para enfrentar os desafios identificados e a transição para a boa governação. O MITADER vai continuar a realizar reformas abrangentes e investimentos no terreno, com o objectivo de aumentar a transparencia no sector e encorajar uma participação mais ampla, enquanto cresce a industria florestal—com efeitos de longo alcance para todos intervenientes do sector de florestas.

O Banco Mundial, está apoiando activamente os esforços do Governo através de um engajamento no diálogo político com o MITADER e financiamento de reformas e iniciativas de sustentabilidade, incluindo muitas das recomendações apresentadas neste relatório. O portfólio do Banco Mundial de Gestão Integrada de Paisagens e Florestas em Moçambique, apoia uma gama holística de actividades, que combina investimentos, assistência técnica, trabalho analítico e financiamento baseado em resultados para responder as necessidades do sector.

Pelo MozFIP, o MITADER entrou numa parceria estratégica com a FAO, que irá estabelecer um sistema de informação florestal e irá trabalhar com a Direcção Nacional de Florestas e os Serviços Provinciais para aumentar a sua capacidade. Está sendo desenvolvido um sistema de certificação florestal nacional, com apoio do sector privado, para encorajar a melhoria da gestão e parcerias com as comunidades empreendimentos sustentáveis. O MozDGM vai se concentrar no fortalecimento da capacidade das comunidades para participar em decisões que afectem o sector. Com estas iniciativas, em conjunto com um forte empenho do Governo, há razões para acreditar que mudanças transformacionais a caminho da boa governação e uma economia florestal sustentável estão no horizonte de Moçambique.

The Program on Forests (PROFOR) multi-donor partnership generates innovative, cutting-edge knowledge and tools to advance sustainable management of forests for poverty reduction, economic growth, climate mitigation and adaptation, and conservation benefits. Through its programs, PROFOR is advancing forest-smart development, which recognizes forests' significance for sustaining growth across many sectors, including agriculture, energy, infrastructure, and water.



UKaid
From the British people